





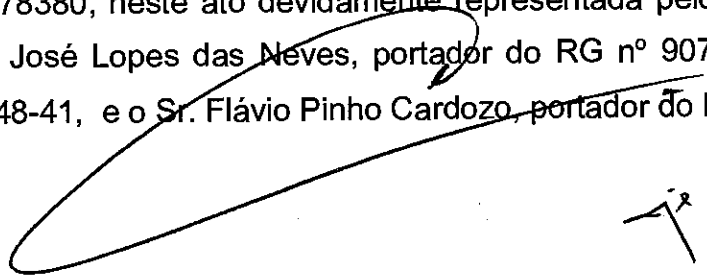


INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO N.º 115/2015
CONCORRÊNCIA N. 11/2014
EDITAL N.º 196/2014
PROCESSO N.º 33.330-1/2014

CONTRATO DE CONCESSÃO
ADMINISTRATIVA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM
A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA E
CARAGUÁ LUZ S/A - SPE.

Aos vinte um dias do mês de julho de 2015, pelo presente instrumento, de um lado, na qualidade de contratante, a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.482.840/0001-39, com sede nesta cidade, à Rua Luiz Passos Júnior, n.º 50, Centro, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ANTONIO CARLOS DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 8.976.591 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 788.109.308-00 e, de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA, CARAGUÁ LUZ S/A - SPE**, sociedade anônima de propósito específico, com sede em Caraguatatuba, Estado de São Paulo, na Rua Armando Mossabein, nº 13, bairro Jaraguazinho, CEP nº 11.675-310, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob nº 22.581.495/0001-22, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE nº 35300478380, neste ato devidamente representada pelos seus acionistas e diretores Sr. Edson José Lopes das Neves, portador do RG nº 90726455 SSP/SP e do CPF nº 003.355.048-41, e o Sr. Flávio Pinho Cardozo, portador do RG nº 99969452 SSP/SP e do





Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

CPF nº 082.303.218-33, doravante "CONCESSIONÁRIA"), têm, entre si, justo e acertado o presente contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, subordinado às normas da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações, e demais cominações legais cabíveis a espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. DEFINIÇÕES Para os fins deste Contrato, e sem prejuízo de outras estabelecidas, aplicam-se as seguintes definições às respectivas expressões:

Agente de Pagamento: significa o agente de pagamentos à Concessionária, atuando em nome e lugar do CONTRATANTE, nos termos do Contrato de Administração de Contas, cuja atribuição será a administração de conta bancária na qual serão depositados os valores das Contraprestações Mensais Efetivas pagas pelo CONTRATANTE.

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, Autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, criada pela Lei nº 9.427 de 26 de Dezembro de 1996.

Área urbana: parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano pelo Plano Diretor ou por lei municipal específica.

Bens da Concessão: cada um dos ativos das redes de alimentação (fiação, transformadores, disjuntores, fusíveis, etc.) e operação e uso (luminárias públicas e internas) de energia elétrica constantes da rede de iluminação pública, decorativa e redes de energia.

Bens Reversíveis: são todos os bens que serão utilizados durante a Concessão e, uma vez finda a Concessão, retornarão ao CONTRATANTE.

Carga instalada: soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW).



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

Classe iluminação pública: de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público ou por esta delegada mediante concessão ou autorização, caracteriza-se pelo fornecimento para iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de atividades que visem a interesses econômicos.

Classe poder público: independente da atividade a ser desenvolvida, caracteriza-se pelo fornecimento à unidade consumidora solicitado por pessoa jurídica de direito público que assuma as responsabilidades inerentes à condição de consumidor, incluindo a iluminação em rodovias e semáforos, radares e câmeras de monitoramento de trânsito, exceto aqueles classificáveis como serviço público de irrigação rural, escola agrotécnica, iluminação pública e serviço público, considerando-se as seguintes subclasses:

- Poder público federal;
- Poder público estadual ou distrital e
- Poder público municipal.

Classe serviço público: caracteriza-se pelo fornecimento exclusivo para motores, máquinas e cargas essenciais à operação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração elétrica urbana ou ferroviária, explorados diretamente pelo Poder Público ou mediante concessão ou autorização, considerando-se as seguintes subclasses:

- tração elétrica e
- água, esgoto e saneamento.

Comissão de Outorga: comissão instituída pela **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA**, que será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à Concorrência.

Handwritten signature and initials at the bottom of the page, including a large signature and several smaller initials.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

Comitê Gestor da PPP Municipal: comitê responsável pelo acompanhamento, aplicação e análise dos estudos técnicos necessários para a verificação da viabilidade técnica e econômico-financeira das PPP's implementadas pelo CONTRATANTE. Formado através do Decreto do Executivo Municipal nº 129, de 29 de julho de 2.014, bem como suas alterações, também será responsável pela auditoria e acompanhamento dos contratos da municipalidade com as SPE's gestoras das PPP's municipais.

Concessão: concessão administrativa do serviço público de gestão, efficientização e operação da iluminação pública, luminárias públicas, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas na respectiva Minuta do Contrato e seus Anexos.

Concessionária: SPE, conforme definido abaixo, a ser constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de operar a Concessão.

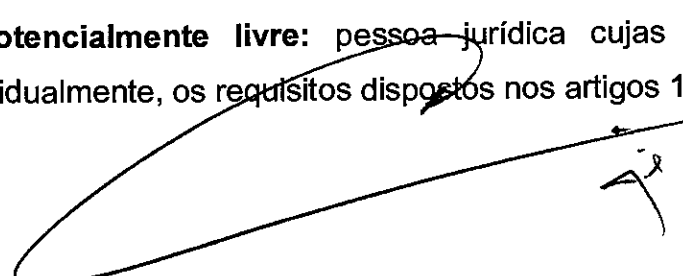



Concessionária de energia elétrica: agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

Consórcio: grupo de empresas que se unem para agregar capacitação econômico-financeira e técnica-operacional para participação na Concorrência.

Consumidor especial: agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no § 5º do artigo 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Consumidor livre: agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Consumidor potencialmente livre: pessoa jurídica cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de

    4



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

julho de 1995, porém não adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre. É o caso da SPE gerada pelo presente Edital no momento de sua constituição.

Contraprestação Anual Máxima: valor máximo que será pago anualmente à Concessionária, caso esta logre atingir os valores máximos exigidos nas Metas Quantitativas e Indicadores de Desempenho, na forma do Contrato.

Contraprestação Mensal Efetiva: valor efetivo que será pago mensalmente à Concessionária, após as apurações mensais do cumprimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho, na forma do Contrato.

Contratante: é o **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA** ou outros órgãos da Administração, conforme a distribuição legal de competências.

Contrato: é o instrumento jurídico firmado entre as partes (município e concessionária), cujo objeto consiste na outorga de PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) na modalidade de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA para elaboração de projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, bem como responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública, que será regido pelas leis Municipais, do Estado de São Paulo e da República Federativa do Brasil.

Controlada: qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento cujo Controle é exercido por outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.

Controladora: qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento que exerça Controle sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.

Controle: o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, de, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: 1) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

2) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.

Custo-Benefício: a relação custo-benefício ou RCB (em inglês, *benefit-cost ratio* ou BCR) é um indicador que relaciona os benefícios de um projeto ou proposta, expressos em termos monetários, e os seus custos, também expressos em termos monetários. Tanto os benefícios como os custos devem ser expressos em valores presentes.

Data da Assunção: dia em que os Bens da Concessão forem transferidos à Concessionária mediante a assinatura de termo de arrolamento e transferência de bens entre a Concessionária e a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA**, na forma estabelecida na Minuta do Contrato.

Eficiência Luminosa: é a relação entre o fluxo luminoso emitido por uma lâmpada e a potência elétrica desta lâmpada.

Energia elétrica ativa: aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh).

Energia elétrica reativa: aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reativo-hora (kVArh).

Fator de carga: razão entre a demanda média e a demanda máxima da unidade consumidora ocorridas no mesmo intervalo de tempo especificado.

Fator de demanda: razão entre a demanda máxima num intervalo de tempo especificado e a carga instalada na unidade consumidora.

Fator de potência: razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas num mesmo período especificado.

Faturamento de Energia para Iluminação Pública: para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública, o tempo a ser considerado para consumo diário

6



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

deve ser de 11 (onze) horas e 52 (cinquenta e dois) minutos, ressalvado o caso de logradouros que necessitem de iluminação permanente, em que o tempo é de 24 (vinte e quatro) horas por dia do período de fornecimento. O tempo a ser considerado para consumo diário pode ser diferente do estabelecido pela Resolução nº 414 da ANEEL, após estudo realizado pelo consumidor e a distribuidora junto ao Observatório Nacional, devidamente aprovado pela ANEEL. A tarifa aplicável ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública é a Tarifa B4a.

Fluxo Luminoso (lm): O fluxo luminoso é a quantidade de luz emitida por uma fonte medida em lúmens, na tensão nominal de funcionamento.

Fontes de Recursos Financeiros: as operações de crédito e contribuições diversas de capital à SPE.

FPM: é o Fundo de Participação dos Municípios.

Fundo Garantidor da PPP: tem o objetivo de fornecer garantias de pagamentos de obrigações do parceiro público.

Garantia de Execução do Contrato: a garantia do fiel cumprimento das obrigações do Contrato, a ser mantida pela Concessionária em favor do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA**, nos montantes e nos termos definidos na Minuta do Contrato.

Iluminação pública: serviço público que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros e espaços públicos, de forma periódica, contínua ou eventual.

Indicadores de Desempenho: conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados, que determinam o valor da Contraprestação Mensal Efetiva devida à Concessionária.

Instalações de iluminação pública: conjunto de equipamentos utilizados exclusivamente na prestação do serviço de iluminação pública.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

Índice de Reprodução de Cores – IRC: o índice de reprodução de cor é baseado em uma tentativa de mensurar a percepção da cor avaliada pelo cérebro. O IRC é o valor percentual médio relativo à sensação de reprodução de cor, baseado em uma série de cores padrões.

LED: O diodo emissor de luz também é conhecido pela sigla em inglês LED (Light Emitting Diode) O LED é um diodo semicondutor que, quando energizado, emite luz visível. O processo de emissão de luz pela aplicação de uma fonte elétrica de energia é chamado eletroluminescência. Uma luminária por LED é composta por vários LED's. A lâmpada LED é unidirecional, com isso, seu potencial de iluminação é utilizado em maior parte, isto é, a perda é bem pequena. LED's são quase totalmente recicláveis e não usam mercúrio nem chumbo em sua fabricação. Não emitem radiação ultravioleta e por isso não atraem insetos.

Manutenção Corretiva: Manutenção Corretiva significa deixar o equipamento trabalhar até quebrar (ou falhar) e, então, corrigir o problema. Em linhas gerais, a Manutenção Corretiva significa restaurar ou corrigir o funcionamento do equipamento.

Manutenção Preditiva: a manutenção preditiva, também chamada de manutenção planejada é aquela que visa realizar ajustes no equipamento apenas quando eles precisarem, porém, sem deixá-los falhar. Com um acompanhamento direto e constante é possível prever falhas, saber quando será necessário fazer uma intervenção e realizar manutenções preditivas, por exemplo, controlando a quantidade de horas de uso de determinado equipamento.

Manutenção Preventiva: é a manutenção realizada com a intenção de reduzir ou evitar a quebra ou a queda no desempenho do equipamento. Para isso, utiliza-se um plano antecipado com intervalos de tempo definidos. Neste tipo de manutenção os cuidados preventivos servem para evitar quebras ou falhas.

Metas Quantitativas: conjunto de indicadores numéricos do volume de ações efetuadas pela SPE considerando ações de operação (fornecimento da energia necessária para perfeita utilização dos equipamentos das redes), Manutenção (podendo ser considerada Corretiva, Preventiva e Preditiva, relacionadas aos níveis de serviço objetivados pelo



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

CONTRATANTE), melhorias (atualização tecnológica projetada), eliminação à demanda reprimida, atendimento ao crescimento vegetativo das bases instaladas, valores que contribuirão para determinar o valor da Contraprestação Mensal Efetiva devida à Concessionária.

Migração: considera-se migração da rede de iluminação pública a simples substituição de luminárias alterando-se apenas a tecnologia utilizada sem que tenham sido modificados os parâmetros atualmente utilizados, como espaçamento de postes, altura de instalação das luminárias e aumento ou redução da quantidade de luminárias instaladas.

Ponto de entrega: é a conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora, vedada a passagem aérea ou subterrânea por vias públicas e propriedades de terceiros.

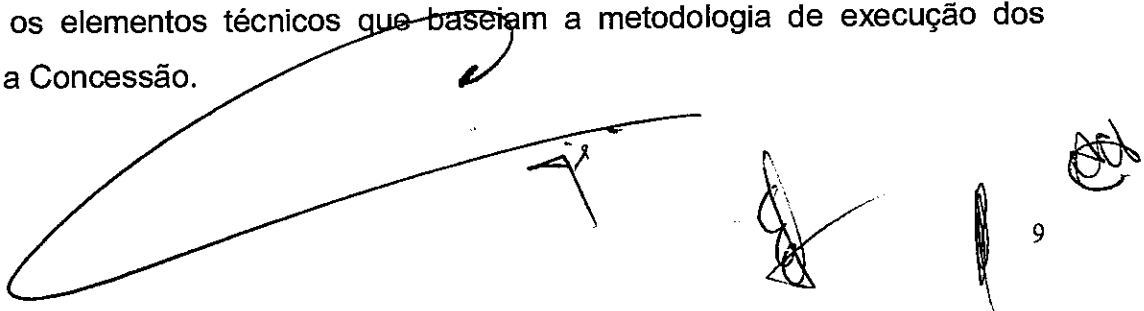
Ponto de entrega para iluminação pública: quando tratar-se de ativos de iluminação pública, pertencentes ao poder público municipal, caso em que o ponto de entrega se situará na conexão da rede elétrica da distribuidora com as instalações elétricas de iluminação pública.

Prazo da Concessão: considera-se o **prazo de 13 (treze) anos**, contados a partir do início dos serviços.

Projeto Básico da Concessão: conjunto de estudos, dados e informações que compõem as propostas técnica e econômica da Concessionária, apresentadas na licitação, que descrevem todos os detalhes da execução dos serviços objeto da concessão.

Proposta Econômica Escrita: o conjunto de documentos, em meio eletrônico e impresso, que consubstanciam os elementos econômicos que baseiam os valores da Contraprestação Anual Máxima requeridos pela Proponente.

Proposta Técnica: o conjunto de documentos, em meio eletrônico e impresso, que consubstanciam os elementos técnicos que baseiam a metodologia de execução dos serviços objeto da Concessão.





Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

Receitas Extraordinárias: quaisquer receitas complementares, acessórias ou alternativas à Contraprestação Mensal Efetiva, decorrentes da gestão e operação das redes elétricas e de iluminação da Administração Municipal e de suas unidades de micro geração de energia.

Reformatação: considera-se reformatação de rede de iluminação pública a alteração dos parâmetros atualmente utilizados, como espaçamento de postes, altura de instalação das luminárias e aumento ou redução da quantidade de luminárias instaladas.

Serviços essenciais: são considerados serviços ou atividades essenciais aqueles cuja interrupção coloque em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

SPE: Sociedade de Propósito Específico a ser constituída pela Proponente vencedora, sob a forma de sociedade por ações, que celebrará o Contrato com a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA**.

Unidade consumidora: conjunto composto por instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas.

Value for Money – VfM: *Value for Money* é calculado comparando os custos de uma aquisição/operação tradicional exercida pelo poder público com os custos de uma aquisição/operação via Parceria Público-Privada – PPP. A avaliação do VfM levará em consideração outras questões tais como: a) a estrutura mais conveniente em termos de estratégia em gestão de riscos; b) padrão de prestação de serviços; c) alocação de recursos durante um certo período de tempo; d) melhores resultados de uma gestão de infra-estrutura de longo prazo.

1.1. INTERPRETAÇÃO

1.1.1. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

Handwritten signature and initials at the bottom of the page.



**Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo**

- (i) as definições deste Contrato serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;
- (ii) as referências a este Contrato ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as Partes.

1.1.2. No caso de divergência entre este Contrato e os Anexos, prevalecerá o disposto no Contrato.

1.1.3. No caso de divergência entre os Anexos, prevalecerão aqueles elaborados e fornecidos pelo **CONTRATANTE**.

1.1.4. No caso de divergência entre os Anexos elaborados e fornecidos pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá aquele de data mais recente.

1.2. ANEXOS

1.2.1. Integram este Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os Anexos e respectivos Apêndices relacionados a seguir:

(i) **Anexo 1:** Termo de Transferência de Bens

(ii) **Anexo 2:** Projeto Básico da Concessão.

(iii) **Anexo 3:** Metas e Indicativos dos serviços

Apêndice 1: Cronograma e Serviços Mínimos para Início da Operação

Apêndice 2: Indicadores de desempenho

(iv) **Anexo 4:** Cálculo da Contraprestação Mensal Efetiva

(v) **Anexo 5:** Garantia Contratual e Plano de Seguros

(vii) **Anexo 6:** Composição Societária e Atos Constitutivos da CONCESSIONÁRIA

(viii) **Anexo 7:** Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Adm. de Contas

(ix) **Anexo 8:** Rol de Bens Reversíveis

(x) **Anexo 9 –** Metas, Indicativos e Especificações dos Serviços e Sanções

(xi) **Anexo 10 -** Edital de licitação e anexos

(xii) **Anexo 11 –** Serviço de Atendimento ao Usuário



CAPÍTULO II - DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

2. OBJETO DO CONTRATO

2.1. O objeto do Contrato consiste na outorga de responsabilidade em prestar serviços mediante CONCESSÃO ADMINISTRATIVA para elaboração de projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, bem como responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública, definida neste Contrato, na forma do Anexo 02 deste Contrato.

2.1.1. No objeto deste Contrato deverão ser incluídos todos os custos referentes à ampliação de capacidade ou reforma de subestações, alimentadores e linhas já existentes, quando necessárias ao atendimento das instalações de iluminação pública, observado o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 479, de 03.04.2012)

3. PRAZO DA CONCESSÃO

3.1. O prazo da Concessão será de **13 (treze) anos** contados a partir da Data da Assunção (doravante "Prazo da Concessão").

3.2. O prazo da Concessão poderá ser prorrogado ou reduzido para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, nos termos das Cláusulas 18 e 19 abaixo.

3.3. A justificativa referida na Subcláusula 3.2 acima deverá observar o interesse dos Usuários, em especial quanto à continuidade e qualidade da prestação dos serviços objeto deste Contrato, devendo, ainda, comprovar a pertinência da alteração em termos de economicidade e eficiência.



4. BENS DA CONCESSÃO

4.1. Integram a Concessão todos os bens essenciais à prestação dos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Caraguatatuba, que serão transferidos à CONCESSIONÁRIA pelo Termo de Transferência de Bens, conforme Anexo 1 deste Contrato.

4.1.1. Os equipamentos, tais como ativos das redes de alimentação (fiação, transformadores, disjuntores, fusíveis etc.) e operação e uso (luminárias públicas e internas) de energia elétrica constantes da rede de iluminação pública, decorativa, utilizados na prestação dos serviços concedidos e que serão considerados como Bens da Concessão, deverão, no mínimo, atender às especificações descritas no Anexo 2 deste Contrato.

4.1.2. Caberá à **CONCESSIONÁRIA** dimensionar a quantidade necessária de equipamentos para executar os serviços nas condições exigidas neste Contrato.

4.1.3. Uma vez transcorrida a vida útil dos Bens da Concessão, a **CONCESSIONÁRIA** deverá proceder a sua imediata substituição, observada a obrigatoriedade de continuidade da prestação dos serviços da Concessão e o disposto na Subcláusula 4.1.5 abaixo.

4.1.4. A **CONCESSIONÁRIA** declara ter pleno e inequívoco conhecimento especificações mínima dos equipamentos, conforme descrito no Anexo 2 deste Contrato, sendo sua responsabilidade a aquisição, instalação, operação e manutenção desses equipamentos.

4.1.5. A substituição de qualquer tipo de equipamento ou modificação da especificação referida neste Contrato deverá ser previamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, mediante apreciação de requerimento formal apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**, que deverá ser instruído com a justificativa da alteração pretendida e os meios que



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

comproven a sua adequação aos indicativos e especificações dos serviços, referida no Anexo 02 deste Contrato.

4.2. A CONCESSIONÁRIA declara ter pleno conhecimento da natureza e das condições dos Bens da Concessão que lhe serão transferidos pelo **CONTRATANTE** na Data da Assunção, para os quais assume a responsabilidade de guarda, manutenção e vigilância durante todo o Prazo da Concessão.

4.3. A alienação ou transferência de posse dos Bens da Concessão pela **CONCESSIONÁRIA** somente será permitida quando previamente autorizada pelo **CONTRATANTE** e não comprometer a continuidade dos serviços prestados e desde que a **CONCESSIONÁRIA** proceda a sua imediata substituição por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos.

4.4. Todos os Bens da Concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela **CONCESSIONÁRIA** no Prazo da Concessão de acordo com os termos da legislação vigente.

4.5. No ato do firmamento do contrato, existindo bens a serem revertidos, os mesmos serão obrigatoriamente elencados e especificados no Anexo 08 deste instrumento contratual, ficando a concessionária ciente das seguintes disposições:

(i) Pertencerão ao **CONTRATANTE** todas as obras, melhorias, benfeitorias e acessões realizadas pela **CONCESSIONÁRIA** em relação aos **BENS REVERSÍVEIS**.

(ii) A **CONCESSIONÁRIA** utilizará os **BENS REVERSÍVEIS** exclusivamente para executar o objeto do **CONTRATO**.

(iii) Os **BENS REVERSÍVEIS** deverão ser permanentemente inventariados pela **CONCESSIONÁRIA**.

(iv) Sem prejuízo do disposto na subcláusula anterior, deverá a **CONCESSIONÁRIA** apresentar ao **CONTRATANTE**, até o início de fevereiro de cada ano, relatório circunstanciado que retrate a situação de todos os **BENS REVERSÍVEIS**.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

- (v) A alienação, substituição ou descarte dos **BENS REVERSÍVEIS** deverá ser previamente autorizado pelo **CONTRATANTE** e somente será permitida quando não comprometer a qualidade e a continuidade dos serviços prestados e desde que a **CONCESSIONÁRIA** proceda a sua imediata substituição por outros com condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos.
- (vi) No caso do **CONTRATANTE** não concordar com a alienação, substituição ou descarte do bem, a **CONCESSIONÁRIA** deverá reparar a situação de modo a atender às exigências do **CONTRATANTE**.
- (vii) A **CONCESSIONÁRIA** deve efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos **BENS REVERSÍVEIS**, de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental, acessibilidade, entre outros parâmetros essenciais à sua boa utilização.
- (viii) No caso de dano, de quebra ou extravio dos **BENS REVERSÍVEIS**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá efetuar o conserto, a substituição ou a reposição do bem no menor prazo possível, observado, no que couber, o disposto no Anexo 08 do Contrato.

CAPÍTULO III - DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

5. AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

5.1. A Concessionária deverá:

5.1.1. obter todas as licenças, permissões e autorizações necessárias à plena execução dos serviços objeto da Concessão;

5.1.2. cumprir com todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias à plena execução dos serviços objeto da Concessão, arcando com as despesas e custos correspondentes.

5.1.3. A demora na obtenção de licenças, permissões e autorizações não acarretará responsabilização da **CONCESSIONÁRIA**, desde que esta tenha cumprido com as exigências pertinentes que lhe couberem no procedimento de obtenção das licenças,

15



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

permissões e autorizações, em especial quanto ao protocolo do requerimento em tempo razoável para seu trâmite perante os órgãos da Administração Pública, de modo que o fato que deu causa ao atraso não puder, comprovadamente, ser-lhe imputado diretamente.

6. FINANCIAMENTO

6.1. A CONCESSIONÁRIA é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários à operação da Concessão, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, com todas as obrigações assumidas neste Contrato.

6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao **CONTRATANTE** cópia autenticada dos contratos de financiamento e de garantia que venha a celebrar, bem como de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir, e quaisquer alterações destes instrumentos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura e emissão, conforme o caso.

6.3. Quando da contratação de financiamento, da emissão de títulos de dívida ou da realização de operação de dívida de qualquer outra natureza (inclusive, mas não se limitando a, emissão de debêntures ou títulos, estruturação de FDIC etc.), a **CONCESSIONÁRIA** deverá prever expressamente e garantir a efetividade da obrigação do financiador ou do estruturador da operação de prover ao **CONTRATANTE** informações trimestrais sobre o acompanhamento das condições financeiras da **CONCESSIONÁRIA**, especialmente com relação ao cumprimento de todas as obrigações financeiras estabelecidas nos contratos necessários à realização da operação.

6.4. Competirá ao **CONTRATANTE** informar aos financiadores e estruturadores das operações referidas na Subcláusula 6.3, concomitantemente à comunicação para a própria **CONCESSIONÁRIA**, sobre quaisquer eventuais descumprimentos deste Contrato pela **CONCESSIONÁRIA**.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

6.4.1. Para atendimento da Subcláusula 6.4, a **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer ao **CONTRATANTE** todos os contatos firmados com os financiadores e estruturadores de operações com quem a **CONCESSIONÁRIA** tenha contratado operações de financiamento.

6.5. A **CONCESSIONÁRIA** não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste Contrato.

6.6. A **CONCESSIONÁRIA** poderá dar em garantia dos financiamentos contratados nos termos desta Cláusula, os direitos emergentes da Concessão, tais como as receitas da Contraprestação Mensal Efetiva, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução dos investimentos e dos serviços objeto da Concessão.

6.7. A **CONCESSIONÁRIA** poderá empenhar, ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao financiador, conforme os limites e os requisitos legais, os direitos a percepção (i) da Contraprestação Mensal Efetiva, (ii) das Receitas Extraordinárias e (iii) das indenizações devidas à **CONCESSIONÁRIA** em virtude deste Contrato.

6.8. É vedado à **CONCESSIONÁRIA**:

- (i) conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou Partes Relacionadas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, redução do capital, pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrada em condições equitativas de mercado; e
- (ii) prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas Partes Relacionadas e/ou terceiros.

7. SERVIÇOS

7.1. É obrigação da **CONCESSIONÁRIA** executar todos os serviços objeto deste Contrato, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

das diretrizes da ANEEL, da regulamentação do **CONTRATANTE**, das Metas Quantitativas, dos Indicadores de Desempenho e das demais exigências estabelecidas neste Contrato, segundo as melhores práticas e os regulamentos aplicáveis.

7.2. A prestação dos serviços será iniciada em até 90 (noventa) dias da assinatura deste Contrato e desde que já tenham sido efetivadas as seguintes condições de eficácia:

(i) Por parte do **CONTRATANTE**, cujas medidas deverão ser cumpridas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do **CONTRATO**: apresentação das garantias de pagamento das contraprestações pecuniárias mensais e da remuneração dos investimentos, conforme cláusula 21 deste **CONTRATO**;

(ii) Por parte da **CONCESSIONÁRIA**, cujas medidas deverão ser cumpridas no prazo de 120 (cento e vinte) dias da assinatura do **CONTRATO**: Celebração dos contratos de seguros exigidos na cláusula 20 deste **CONTRATO**;

(iii) Será de responsabilidade conjunta da **CONCESSIONÁRIA** e do **CONTRATANTE** a assinatura de **CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE PAGAMENTO** – Anexo 07 deste Contrato, no prazo de 30 (trinta dias) a contar da assinatura do **CONTRATO**.

7.3 A partir do início da data de eficácia do contrato, o **CONCEDENTE** expedirá ordem de serviço na qual deverá constar obrigatoriamente o prazo de 60 (sessenta) dias para o início dos serviços.

7.4 O prazo de vigência da concessão somente se inicia a partir da data do início da prestação dos serviços, conforme subcláusula 7.3 deste Contrato.

7.5. A **CONCESSIONÁRIA** assume total responsabilidade pela execução dos investimentos e serviços realizados em desconformidade com o disposto neste Contrato e especificações técnicas mínimas neles estabelecidas, assim como com inobservância dos Indicadores de Desempenho.

7.6 O **CONTRATANTE** se obriga a rescindir, até o término da fase de comissionamento, todos os contratos referentes à gestão e operação dos serviços de manutenção do Sistema de Iluminação Pública Municipal que estejam em vigor.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

7.6.1 A rescisão referida na Subcláusula 7.6 acima, não alcançará as obrigações dos contratados referentes a danos e avarias encontradas nos Bens da Concessão, na forma dos respectivos contratos de execução de obras e serviços de engenharia.

7.6.2 A rescisão referida na Subcláusula 7.6 acima não elide a responsabilidade civil dos contratados do **CONTRATANTE**, na forma da lei e dos respectivos contratos.

7.7 A **CONCESSIONÁRIA** não será obrigada a prestar serviços que não constem neste Contrato e seus Anexos, nem de executá-los de modo diverso daquele previsto nestes instrumentos, salvo autorização expressa do **CONTRATANTE** e concordância da **CONCESSIONÁRIA**.

7.7.1 Na hipótese de serviço não originalmente previsto neste Contrato ou seus Anexos, ou de prestação com especificações distintas daquelas previstas originalmente, será promovida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos da Cláusula 19 abaixo.

7.7.2 Na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** se dispor a prestar serviço originalmente não previsto no Contrato e seus Anexos, ou, se desejar executar de modo distinto serviço já previsto, deverá requerer autorização prévia ao **CONTRATANTE**, apresentando as razões do seu pleito, com demonstrações das vantagens e garantia do cumprimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho, cabendo ao **CONTRATANTE** negar o requerimento sempre que: (i) a alteração resultar em padrão inferior de desempenho; e/ou (ii) a alteração modificar substancialmente o objeto deste Contrato.

7.8. Além da prestação dos serviços supracitados, a **CONCESSIONÁRIA** deverá contar com programas de treinamento e reciclagem para Eficiência Energética junto ao funcionalismo municipal e alunos das redes municipais de educação.

7.9 A **CONCESSIONÁRIA** será a única responsável pelas providências junto aos órgãos competentes para fins de implantação e funcionamento das atividades de treinamento e reciclagem.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

7.10 A CONCESSIONÁRIA deverá implantar plano de manejo e destinação dos resíduos e equipamentos em desuso prevendo descarte eco-sustentável que elimine a possibilidade de derramamento de substâncias nocivas no meio ambiente.

7.11. A implementação deverá ser efetivamente identificada em até 60 (sessenta) dias contados da assinatura do Contrato.

7.12 A CONCESSIONÁRIA também deverá implantar um sistema de atendimento aos Usuários, com funcionamento e diretrizes informadas nas especificações técnicas e nos Indicadores de Desempenho, atendendo ao que consta do Anexo 11.

8. DECLARAÇÕES

8.1. A CONCESSIONÁRIA declara que obteve, por si ou por terceiros, todas as informações necessárias para o cumprimento de suas obrigações advindas deste Contrato.

8.2. A CONCESSIONÁRIA declara ter conhecimento de que estará obrigada a requisitar a emissão de todas as licenças, autorizações e permissões necessárias ao exercício das atividades em até 90 (noventa) dias após a Data de Celebração deste Contrato.

9. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

9.1. No Prazo da Concessão, e sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação aplicável, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a:

9.1.1. Dar conhecimento imediato ao **CONTRATANTE** de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da Concessão, ou que, de algum modo interrompa a correta prestação do atendimento aos Usuários.

9.1.2. Apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo por ele razoavelmente estabelecido, informações adicionais ou complementares que o **CONTRATANTE** venha formalmente a solicitar.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

9.1.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar relatórios mensais com informações detalhadas referentes às ações e operações realizadas pela mesma no período, que serão: as ações de instalação e Manutenção Preventiva, Corretiva e Preditiva realizadas, alterações de projeto, dados gerais de consumo, bases instaladas, comparativos referentes aos sistemas usuais e valor-base das bases instaladas.

9.1.4. Apresentar ao **CONTRATANTE**, em até 45 (quarenta e cinco dias) contados a partir do fim do trimestre, suas demonstrações financeiras trimestrais completas.

9.1.5. Apresentar ao **CONTRATANTE**, mensalmente, relatório com as reclamações dos Usuários, bem como as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso.

9.1.6. Apresentar ao **CONTRATANTE**, em até 90 (noventa) dias contados a partir do fim do ano corrente, as demonstrações financeiras anuais completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme definido pela regulamentação do **CONTRATANTE**, com destaque para as seguintes informações, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior ao ano corrente: (i) transações com Partes Relacionadas; (ii) depreciação e amortização de ativos; (iii) provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas); (iv) relatório da administração; (v) parecer dos auditores externos e, se existente, do conselho fiscal; e (vi) declaração da **CONCESSIONÁRIA** contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária.

9.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações e a avaliação das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho estipulados no Anexo 3 deste Contrato.

9.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas conforme as



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme definido pela regulamentação do **CONTRATANTE**.

10. CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS E EMPREGADOS

10.1. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável, objetivamente, pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de higidez financeira e por prejuízos causados pelos seus empregados e por quaisquer terceiros contratados pela **CONCESSIONÁRIA** para a execução dos serviços da Concessão.

10.2. Os profissionais contratados pela **CONCESSIONÁRIA** para a prestação dos serviços da Concessão deverão ter comprovada capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado.

10.3. Os contratos entre a **CONCESSIONÁRIA** e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o **CONTRATANTE**.

10.4. Quando referentes à prestação de serviços relativos ao fornecimento de bens e equipamentos, os contratos entre a **CONCESSIONÁRIA** e terceiros deverão, ainda, prever cláusula de sub-rogação ao **CONTRATANTE**, visando a continuidade da prestação adequada dos serviços da Concessão.

10.5. O **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução das obras e dos serviços da Concessão, inclusive para fins de comprovação das condições de capacitação técnica e financeira.

10.5.1. O conhecimento do **CONTRATANTE** acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a **CONCESSIONÁRIA** do cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.



10.5.2 A CONCESSIONÁRIA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

10.6. Todos os empregados e terceiros contratados pela **CONCESSIONÁRIA** deverão portar identificação (crachás) e aqueles em funções operacionais estar devidamente uniformizados quando estiverem no exercício de suas funções.

11. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

11.1. A fiscalização da execução deste Contrato será exercida diretamente pelo **CONTRATANTE**, que terá, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da **CONCESSIONÁRIA**.

11.2. A fiscalização ficará a cargo de servidores ou órgão componente da estrutura do **CONTRATANTE**, previamente designados e com a atribuição exclusiva de fiscalizar a execução deste Contrato.

11.2.1. A fiscalização poderá ser exercida por órgão regulador próprio do setor, com esta atribuição, conforme designação do **CONTRATANTE**.

11.3. Caso o **CONTRATANTE** emita novas determinações relativas às fiscalizações já previstas, o **CONTRATANTE** deverá notificar a **CONCESSIONÁRIA** previamente e por escrito sobre as novas determinações e a **CONCESSIONÁRIA** terá 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação para adequar-se as novas determinações.

11.4 Caso a **CONCESSIONÁRIA** não concorde com as novas determinações, a **CONCESSIONÁRIA** poderá interpor o recurso cabível.

11.5. O responsável pela fiscalização anotará em termo próprio de registro as ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-o à **CONCESSIONÁRIA** para regularização de eventuais faltas ou defeitos verificados.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

11.5.1. A não regularização das faltas ou defeitos indicados no termo de registro de ocorrências, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir do recebimento pela **CONCESSIONÁRIA** do termo de registro, configurará infração contratual e ensejará a lavratura de auto de infração, sujeitando a **CONCESSIONÁRIA** à aplicação das penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo de eventual sanção administrativa, civil ou criminal por violação de preceito legal ou infra-legal aplicável.

11.5.1.1. O prazo estipulado na Subcláusula 11.5.1 acima poderá ser prorrogado mediante justificativa aceita pelo **CONTRATANTE** e sem prejuízo a continuidade e adequação dos serviços.

11.5.2. Em caso de omissão da **CONCESSIONÁRIA** em relação à regularização das faltas ou defeitos indicados no termo de registro de ocorrências, o **CONTRATANTE** terá a faculdade de corrigir as faltas ou defeitos, diretamente ou por intermédio de terceiro, correndo os respectivos custos por conta da **CONCESSIONÁRIA**.

11.6. A fiscalização também verificará o cumprimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho pela **CONCESSIONÁRIA**, para fins de quantificação da Contraprestação Mensal Efetiva, na forma da Subcláusula 14.3 e do Anexo 3 deste Contrato.

11.7. O **CONTRATANTE** poderá acompanhar a prestação dos serviços da Concessão, podendo razoavelmente solicitar esclarecimentos ou modificações, caso entenda haver desconformidade com as obrigações previstas neste Contrato, em especial quanto ao cumprimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho.

11.8. Os esclarecimentos ou modificações solicitados pelo **CONTRATANTE** à **CONCESSIONÁRIA** não alterarão, de qualquer forma, a alocação de riscos prevista neste Contrato.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

11.9. A **CONCESSIONÁRIA** será obrigada a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, as suas expensas e no prazo fixado pela Subcláusula 11.5.1 acima, os serviços pertinentes à Concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.9.1. O **CONTRATANTE** poderá exigir que a **CONCESSIONÁRIA** apresente um plano de ação visando reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer serviço da Concessão prestado de maneira viciada, defeituosa ou incorreta, no prazo razoável a ser acordado pelas Partes.

11.9.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações de investimentos pela **CONCESSIONÁRIA** envolverá a redução da remuneração da **CONCESSIONÁRIA**, caso represente descumprimento de Metas Quantitativas ou Indicadores de Desempenho, na forma da Cláusula 14.3 abaixo e do Anexo 3 deste Contrato.

11.9.3. Em caso de omissão da **CONCESSIONÁRIA** quanto à obrigação prevista na Subcláusula 11.9.1 acima, ao **CONTRATANTE** é facultado se valer da Garantia de Execução do Contrato para remediar os vícios, defeitos ou incorreções identificados e não reparados pela **CONCESSIONÁRIA**.

11.10. Das notificações expedidas pelo **CONTRATANTE**, a **CONCESSIONÁRIA** poderá exercer seus direitos de defesa na forma da regulamentação vigente.

12. DIREITOS DOS USUÁRIOS

12.1. Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei, regulamentos do **CONTRATANTE** e em outros diplomas legais aplicáveis, são direitos dos Usuários receber informações do **CONTRATANTE** e da **CONCESSIONÁRIA** referente à prestação dos serviços para a defesa de interesses individuais ou coletivos, bem como:

12.1.1. contar com canais de comunicação efetivos a serem disponibilizados pela **CONCESSIONÁRIA**, seja em relação a centrais de atendimento físicas, seja por meios



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

eletrônicos (sítio na *internet*, endereço de correio eletrônico, fac-símile), seja por central de atendimento telefônico; e

12.1.2. contar com a prestação de serviços de qualidade, com base nas Metas Quantitativas e nos Indicadores de Desempenho referidos neste Contrato.

CAPÍTULO IV - DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO CONTRATO

13. VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÃO

13.1. O valor deste Contrato é de **R\$ 198.506.880,00** (cento noventa oito milhões quinhentos seis mil oitocentos oitenta reais), tendo como referência a data de entrega da Proposta, que corresponde ao somatório das receitas totais projetadas provenientes da operação da Concessão, em valor a preços constantes, com base no valor a ser percebido pelo pagamento da Contraprestação Anual.

13.2. REMUNERAÇÃO

13.2.1. A **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante: (i) pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva; e (ii) outras fontes de receitas, nos termos deste Contrato.

13.2.2. A principal fonte de receita da **CONCESSIONÁRIA** será advinda do recebimento da Contraprestação Mensal Efetiva sendo, no entanto, facultado à **CONCESSIONÁRIA** utilizar outras fontes de Receitas Extraordinárias, nos termos deste Contrato.

13.2.3. A **CONCESSIONÁRIA** declara que o sistema de remuneração previsto neste Contrato representa o equilíbrio entre ônus e bônus da Concessão e a Contraprestação Mensal Efetiva paga à **CONCESSIONÁRIA** será suficiente para remunerar todos os investimentos, custos operacionais, despesas e serviços efetivamente realizados.



14. CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA

14.1. Pela execução do objeto deste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONCESSIONÁRIA** uma prestação pecuniária, denominada Contraprestação Mensal Efetiva, cujo valor será calculado com base nesta Cláusula 14 e no Anexo 4 deste Contrato.

14.2. A contraprestação pecuniária será dividida em duas parcelas, uma variável, correspondente a 10% do total e outra fixa, correspondente a 90% do total. A parcela variável será submetida à avaliação da qualidade e constância dos serviços, através dos indicadores de desempenho e gestão dispostos no Anexo 3 deste Contrato.

14.3. O valor da Contraprestação Mensal Efetiva poderá variar de acordo com o cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho, por meio da redução proporcional da Contraprestação Mensal Máxima.

14.3.1. Conforme estabelecido pela Subcláusula 14.7 abaixo, a partir do momento que os primeiros serviços mínimos de operação definidos no Anexo 2 deste Contrato forem prestados, a **CONCESSIONÁRIA** até o momento do início da operação fará jus ao pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva em valor correspondente à Contraprestação Mensal Máxima.

14.4. O pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva será efetuado até o dia 15 (quinze) de cada mês, mediante depósito pecuniário em conta corrente segregada e gerenciada pelo Agente de Pagamento, na forma do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas – Anexo 07 deste Contrato.

14.4.1. O mecanismo de pagamento descrito na Subcláusula 14.4 obedecerá os termos do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, que deverá ser especificado no ato de firmamento deste instrumento contratual obrigatoriamente no Anexo 07 deste Contrato.

14.5. A **CONCESSIONÁRIA** declara ter pleno conhecimento e reconhece que:



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

14.5.1. Considerando o caráter objetivo das Metas Quantitativas e Indicadores de Desempenho estabelecidos neste Contrato, o seu resultado indicará as condições da prestação dos serviços da Concessão e a sua conformidade com as exigências legais e contratuais.

14.5.2. A variação da remuneração é um mecanismo pactuado entre as Partes e será aplicado de forma imediata e automática pelo **CONTRATANTE**, considerando os serviços prestados e as exigências deste Contrato.

14.5.3. A variação da Contraprestação Mensal Efetiva nos termos desta Cláusula não constitui penalidade contratual, mas, sim, mecanismo preestabelecido neste Contrato para manutenção da equivalência contratual entre os serviços prestados e a sua remuneração, desde já acordada entre as Partes.

14.5.4. A avaliação do desempenho da Concessão e a correspondente variação da Contraprestação Mensal Efetiva não prejudicam a verificação pelo **CONTRATANTE** de inadimplemento contratual da **CONCESSIONÁRIA** e conseqüente aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

14.6. No caso de inadimplemento do pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva à **CONCESSIONÁRIA**, será aplicável o seguinte:

14.6.1. Ao débito será acrescido no valor de 2% (dois por cento) e juros, segundo a taxa em vigor para a mora de pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual; e

14.6.2. No caso de atraso superior a 90 (noventa) dias, será conferida à **CONCESSIONÁRIA** a faculdade de suspender os investimentos em curso, bem como as atividades que não sejam estritamente necessárias à continuidade dos serviços, sem prejuízo do direito ao acionamento das garantias de pagamento estabelecidas na cláusula 2 deste Contrato e à rescisão do **CONTRATO**.



14.7. O pagamento da Contraprestação Pública pelo **CONTRATANTE** terá início após a prestação dos serviços de operação.

14.7.1 Para aferir o cumprimento das condições para o início da execução dos serviços da Concessão, o **CONTRATANTE** deverá realizar vistoria completa das instalações, equipamentos e relação dos profissionais designados para a prestação dos serviços da Concessão.

15. REAJUSTES DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA

15.1 O reajuste da Contraprestação Pecuniária será realizado a fim de reajustar de maneira aderente itens distintos da Concessão.

15.2 Para o reajuste da parcela de consumo de energia elétrica deve-se reajustar a parcela da Contraprestação Pecuniária mensal referente à energia elétrica pelo índice de reajuste da tarifa de Energia Elétrica para Iluminação Pública – base Res Aneel 1641. O reajuste referente à parcela remanescente da Contraprestação Pecuniária será reajustado pelo VRM – Valor de Referência do Município, nas suas devidas proporções conforme formula a seguir:

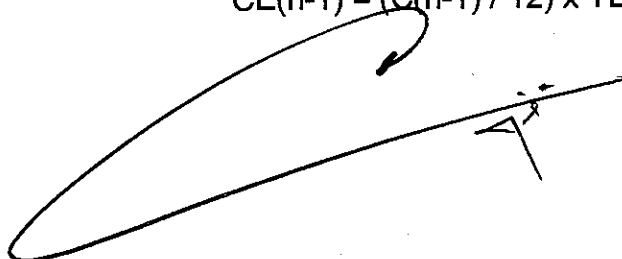
$$CP(n) = (CP(n-1) - CE(n-1)) \times T(n) + CE(n)$$

Onde:

- CP(n): Contraprestação Pecuniária mensal no ano de reajuste em (R\$);
- CP(n-1): Contraprestação Pecuniária mensal no ano anterior em (R\$);
- T(n): Taxa de reajuste da parcela da Contraprestação Pecuniária, não vinculada ao consumo de energia. A taxa é dada pela ponderação dos índices: (i) VRM (Valor de Referência Municipal)
- CE(n-1): Custo médio da energia no ano anterior em (R\$) calculado utilizando a seguinte formula:

$$CE(n-1) = (C(n-1) / 12) \times TE(n-1)$$

Onde:





**Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo**

C(n-1): consumo de energia do parque de iluminação no ano anterior em (kWh);

TE(n-1): tarifa de energia elétrica no ano anterior em (R\$/kWh);

• CE(n): Custo da energia no ano de reajuste em (R\$) calculado utilizando a seguinte fórmula:

$$CE(n) = (C(n-1) / 12) \times TE(n)$$

Onde:

C(n-1): consumo de energia do parque de iluminação no ano anterior em (kWh);

TE(n): tarifa de energia elétrica no ano de reajuste em (R\$/kWh);

16. REVISÕES ORDINÁRIAS

16.1 REVISÃO APÓS OS PRIMEIROS 24 MESES DO CONTRATO

Após 24 (vinte e quatro) meses, contados do início da operação, o **CONTRATANTE** fará uma revisão das Metas Quantitativas e dos respectivos pesos de atividades, conforme indicados no Anexo 2 deste Contrato, para avaliar a efetiva demanda dos serviços prestados, o perfil efetivo dos casos e verificar a pertinência das metas estabelecidas.

16.2. REVISÃO QUINQUENAL DO CONTRATO

16.2.1 Ao final do 5º (quinto) ano do Prazo da Concessão, será realizada revisão pelo **CONTRATANTE**, com intuito de reavaliar a Concessão em relação aos serviços prestados e ao cenário econômico, preservando-se a alocação de riscos e as regras para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecidas neste Contrato.

16.2.2 A revisão quinquenal compreenderá a revisão das Metas Quantitativas e Indicadores de Desempenho.

16.2.3. A revisão quinquenal servirá, igualmente, para avaliação dos equipamentos empregados na prestação dos serviços da Concessão, com o intuito de apurar sua



adequabilidade quantitativa e qualitativa, eventual necessidade de substituição ou de inovação tecnológica.

16.3 REVISÃO EXTRAORDINÁRIA

16.3.1 Além do disposto nas Subcláusulas 16.1 e 16.2 acima, a Contraprestação Anual Máxima somente poderá sofrer aumentos ou reduções em decorrência de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, cujas hipóteses de cabimento, procedimento aplicável, critérios e princípios encontram-se estabelecidos na Cláusula 19 abaixo.

17. RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

17.1. O exercício, pela **CONCESSIONÁRIA**, de atividades que gerem Receitas Extraordinárias deverá ser previamente autorizado pelo **CONTRATANTE**.

17.2. A proposta de utilização de Receitas Extraordinárias deverá ser apresentada pela **CONCESSIONÁRIA** ao **CONTRATANTE**, acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como da comprovação da compatibilidade da exploração comercial pretendida com as normas legais e regulamentares aplicáveis a este Contrato.

17.3. Uma vez aprovada pelo **CONTRATANTE**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá manter contabilidade específica de cada contrato gerador das Receitas Extraordinárias, com detalhamento das receitas, custos e resultados líquidos.

17.4. O contrato de Receita Extraordinária terá vigência limitada ao término deste Contrato.

17.5. A **CONCESSIONÁRIA** terá direito à apropriação de 70% (setenta por cento) do total da receita líquida advinda da Receita Extraordinária.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

17.5.1. A parcela restante da receita advinda de Receita Extraordinária será apropriada pelo **CONTRATANTE** e revertida na diminuição do valor da Contraprestação Anual Máxima, no momento da sua revisão anual nos termos deste Contrato.

18. ALOCAÇÃO DE RISCOS

18.1. Com exceção das hipóteses da Subcláusula 18.2 abaixo, a **CONCESSIONÁRIA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à Concessão, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos:

18.1.1. Obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas à Concessão, ressalvada a hipótese da Subcláusula 5.1.3 acima;

18.1.2. custos excedentes relacionados aos serviços objeto da Concessão, exceto nos casos previstos na Subcláusula 18.2 abaixo;

18.1.3. atraso no cumprimento dos cronogramas previstos no Anexo 3 deste Contrato ou de outros prazos estabelecidos entre as Partes ao longo da vigência deste Contrato, exceto nos casos previstos na Subcláusula 18.2 abaixo;

18.1.4. tecnologia empregada pela **CONCESSIONÁRIA** nos serviços da Concessão;

18.1.5. perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos Bens da Concessão, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da fiscalização do **CONTRATANTE**;

18.1.6. gastos resultantes de defeitos ocultos em Bens da Concessão;

18.1.7. recuperação, prevenção, remediação e gerenciamento do passivo ambiental relacionado à destinação final dos equipamentos utilizados nos serviços prestados;



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

18.1.8. riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, mas que deixem de ser cobertos como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da **CONCESSIONÁRIA**;

18.1.9. prejuízos causados a terceiros, pela **CONCESSIONÁRIA** ou por seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela Concessão; e/ou

18.1.10. imperícia ou falhas na prestação dos serviços da Concessão.

18.2. A **CONCESSIONÁRIA** não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à Concessão, cuja responsabilidade é do **CONTRATANTE**:

18.2.1. decisão judicial ou administrativa que impeça ou impossibilite a **CONCESSIONÁRIA** de prestar os serviços, ou que interrompa ou suspenda o pagamento da Contraprestação ou impeça seu reajuste e revisão de acordo com o estabelecido neste Contrato, exceto nos casos em que a **CONCESSIONÁRIA** houver dado causa a tal decisão;

18.2.2. descumprimento, pelo **CONTRATANTE**, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis ao **CONTRATANTE** previstos neste Contrato e/ou na legislação vigente;

18.2.3. atrasos ou inexecução das obrigações da **CONCESSIONÁRIA** causados pela demora ou omissão do **CONTRATANTE** e dos demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal nas providências que lhe cabem na relação contratual;

18.2.4. atraso no cumprimento do cronograma previsto no Anexo 3 deste Contrato, por razões imputáveis aos responsáveis pela finalização;



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

18.2.5. caso fortuito ou força maior;

18.2.6. aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros;

18.2.7. variação das taxas de câmbio;

18.2.8. alteração, pelo **CONTRATANTE**, dos encargos atribuídos à **CONCESSIONÁRIA** neste Contrato, incluindo serviços descritos no Anexo 02 deste Contrato;

18.2.9. alterações na legislação e regulamentação, inclusive acerca de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos e das exigências para gestão e operação de unidades gestoras energéticas, que alterem a composição econômico-financeira da **CONCESSIONÁRIA**, excetuada a legislação dos impostos sobre a renda;

18.2.10. omissão ou falhas na regulação ou funcionamento da rede pública de distribuição e gestão de energia que comprometam o atingimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho da Concessão; e

18.2.11. fatores externos e imprevisíveis a este Contrato que acabem impactando na demanda prevista e, conseqüentemente, no desempenho da **CONCESSIONÁRIA** na apuração dos indicadores de Desempenho estabelecidos no Anexo 3 deste Contrato.

18.3. A **CONCESSIONÁRIA** declara: (i) ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos neste Contrato; e (ii) ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua Proposta.

18.4. A **CONCESSIONÁRIA** não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos neste Contrato venham a se materializar.



19. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. Sempre que atendidas as condições deste Contrato e mantida a repartição de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

19.2. O **CONTRATANTE** poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando cabível nos termos da legislação vigente aplicável.

19.3. Em ambos os casos, a Parte postulante deverá enviar à Parte postulada uma notificação de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tomar conhecimento da ocorrência da hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Na referida Notificação, a Parte Postulante deverá fornecer detalhes sobre a hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, bem como, se for o caso, informações sobre:

- (i) a data da ocorrência e provável duração da hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
- (ii) a estimativa da variação de investimentos, custos ou despesas, ou variação de receitas;
- (iii) qualquer alteração necessária nos serviços objeto deste Contrato;
- (iv) a eventual necessidade de aditamento deste Contrato; e
- (v) a eventual necessidade de liberação do cumprimento de quaisquer obrigações, de qualquer das Partes.

19.3.1. Dentro de 20 (vinte) dias a contar da data da entrega da notificação, as Partes estabelecerão um prazo para que a Parte postulante faça a comprovação dos fatos e das condições que ensejaram a solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e, caso a Parte postulante seja a **CONCESSIONÁRIA**, à **CONCESSIONÁRIA** caberá comprovar também:



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

- (i). Que a hipótese ensejadora da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro foi a causa direta dos investimentos, custos ou despesas adicionais, ou descumprimento dos Indicadores de Desempenho previstos no Anexo 3 deste Contrato; e/ou
- (ii) que os investimentos, custos ou despesas adicionais, o descumprimento dos Indicadores de Desempenho previstos no Anexo 3 deste Contrato ou a liberação do cumprimento de certas obrigações contratuais não puderam e não poderiam ser evitados, mitigados ou recuperados pela **CONCESSIONÁRIA** ou por seus contratados, atuando com diligência, prudência e perícia, por meio da adoção de medidas que estivessem ou estejam a seu alcance, incluindo, quando for o caso, o uso de avaliações de mercado e demonstração de como a hipótese vem afetando os preços cobrados por outros negócios semelhantes ao objeto deste Contrato.

19.3.2 Nos casos em que a Parte postulante for a **CONCESSIONÁRIA**, o **CONTRATANTE** examinará as informações fornecidas pela **CONCESSIONÁRIA** e decidirá, no prazo de até 90 (noventa) dias, pelo cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

19.3.3 O prazo referido na Subcláusula 19.3.2 acima poderá ser prorrogado, justificadamente, a critério do **CONTRATANTE**.

19.3.4. Ao final do procedimento indicado na Subcláusula 19.3.3 acima, caso a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tenha sido julgada cabível, o **CONTRATANTE** deverá adotar, a seu exclusivo critério, uma ou mais das seguintes formas de recomposição:

- (i) aumento ou redução do valor da Contraprestação Anual Máxima, inclusive para fins de compensação dos custos e despesas adicionais ou da perda de receita efetivamente ocorrida em função do fato de desequilíbrio econômico-financeiro;
- (ii) alteração do Prazo da Concessão, respeitados os limites da legislação vigente ;
- (iii) modificação, de forma proporcional, de certas obrigações contratuais da Parte postulante, diretamente relacionadas à hipótese ensejadora da recomposição; e/ou



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

(iv) pagamento à **CONCESSIONÁRIA**, pelo **CONTRATANTE**, dos investimentos, custos ou despesas adicionais que tenham sido efetivamente incorridos ou do valor equivalente a perda de receita efetivamente ocorrida.

19.6. Os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista neste Contrato.

19.7. Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo **CONTRATANTE** e não previstos neste Contrato, este poderá requerer à **CONCESSIONÁRIA**, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a elaboração do projeto básico dos serviços, considerando que:

- (i) o projeto básico deverá conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra sobre as receitas da **CONCESSIONÁRIA**, segundo as melhores práticas e critérios de mercado, tudo de acordo com as normas técnicas e diretivas eventualmente estabelecidas pelo **CONTRATANTE** sobre o assunto;
- (ii) o **CONTRATANTE** estabelecerá o valor limite do custo dos projetos e estudos a serem considerados para efeito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

CAPÍTULO V - DOS SEGUROS E GARANTIAS

20. SEGUROS

20.1. Durante o Prazo da Concessão, a **CONCESSIONÁRIA** deverá contratar e manter em vigor as apólices de seguro indicadas na Subcláusula 20.7 abaixo, conforme condições estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e de acordo com a legislação vigente.

20.1.1. As apólices devem ser contratadas com seguradoras e resseguradoras de primeira linha.

20.2. Nenhum serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a **CONCESSIONÁRIA** apresente ao **CONTRATANTE** a comprovação de que as apólices dos seguros exigidos



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

neste Contrato estão em vigor e observam as condições estabelecidas pelo **CONTRATANTE**, conforme legislação vigente.

20.2.1. Em até 15 (quinze) dias após a assinatura deste Contrato, a **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE** cópia autenticada das apólices de seguro conforme Subcláusula 20.7.

20.3. O **CONTRATANTE** deverá figurar como um dos co-segurados nas apólices de seguros referidas neste Contrato, devendo o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices ser previamente autorizado pelo **CONTRATANTE**.

20.4. Os recursos provenientes da indenização deverão ser utilizados para garantir a continuidade da operação, exceto nos casos em que: (i) o evento segurado resulte em caducidade da Concessão; e/ou (ii) quando o **CONTRATANTE** vier a responder pelo sinistro, hipótese em que as apólices de seguros deverão prever a sua indenização direta.

20.5. As apólices de seguros poderão estabelecer como beneficiária da indenização instituição financeira credora da **CONCESSIONÁRIA**.

20.6. Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro exigidas, o **CONTRATANTE** aplicará multa, conforme regulamentação, até apresentação das referidas apólices ou do respectivo endosso, sem prejuízo de outras medidas previstas neste Contrato.

20.7. Durante o Prazo da Concessão, a **CONCESSIONÁRIA** deverá contratar e manter em vigor os seguintes seguros:

20.7.1. Seguro de Risco de Engenharia para Instalação e Montagem, incluindo cobertura de testes, riscos do fabricante (quando não houver garantia do fabricante), e responsabilidade civil extensiva a danos causados na obra;

20.7.2. Seguro de Riscos Operacionais e/ou Nomeados, incluindo no mínimo cobertura de danos materiais de incêndio (inclusive em consequência de tumulto), raio,



**Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo**

explosão de qualquer natureza, danos elétricos e de equipamentos eletrônicos e cobertura de lucros cessantes de (despesas fixas) decorrente de incêndio (inclusive em consequência de tumulto), raio, explosão de qualquer natureza com período indenizatório mínimo de 6 (seis) meses;

20.7.3. Seguro de cascos da frota de veículos com cobertura compreensiva pelo valor de mercado; e

20.7.4. Seguro de responsabilidade civil, cobrindo a **CONCESSIONÁRIA** e o **CONTRATANTE**, bem como seus administradores, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, devendo tal seguro ser contratado com limites de indenização compatíveis com os riscos assumidos para danos a terceiros .

1. instalação e montagem, incluindo subcontratados (Responsabilidade Civil Cruzada), com cobertura extensiva a danos causados na obra civil constando indenização para danos pessoais e materiais;
2. operação;
3. veículos, com indenização para danos pessoais e materiais;
4. responsabilidade Civil do Empregador;
5. responsabilidade Civil Profissional, desde que disponível no mercado segurador e conforme determinação pelo **CONTRATANTE**.

20.8. Os montantes cobertos pelos seguros indicados na Subcláusula 20.7 acima deverão ser suficientes para a reposição a valores de novo ou a estado de novo e, seus respectivos cálculos deverão ser submetidos e comprovados ao **CONTRATANTE**.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

20.9. A **CONCESSIONÁRIA** deverá informar ao **CONTRATANTE** todos os bens cobertos pelos seguros e a forma de cálculo do limite máximo de indenização de cada apólice de seguro.

20.10. A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto neste Contrato.

20.11. Nas apólices de seguros deverá constar a obrigação de as seguradoras informarem, imediatamente, à **CONCESSIONÁRIA** e ao **CONTRATANTE**, as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas.

20.12. As apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura deste Contrato, devendo ser renovadas sucessivamente por igual período durante o Prazo da Concessão.

20.13. A **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento documento comprobatório de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após seu vencimento.

20.13.1. Caso a **CONCESSIONÁRIA** não encaminhe os documentos comprobatórios da renovação dos seguros no prazo previsto, o **CONTRATANTE** poderá contratar os seguros e cobrar da **CONCESSIONÁRIA** o valor total do seu prêmio a qualquer tempo ou considerá-lo para fins de recomposição do reequilíbrio econômico deste Contrato, sem eximir a **CONCESSIONÁRIA** das penalidades previstas neste Contrato.

20.13.2. Nenhuma responsabilidade será imputada ao **CONTRATANTE** caso ele opte razoavelmente por não contratar seguro cuja apólice não foi apresentada no prazo previsto pela **CONCESSIONÁRIA**.



20.14. A **CONCESSIONÁRIA**, com autorização prévia do **CONTRATANTE**, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência deste Contrato.

20.15. A **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar anualmente ao **CONTRATANTE** cópia autenticada das apólices dos seguros contratados e suas posteriores renovações.

21. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA

21.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter, em favor do **CONTRATANTE**, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato no montante de **R\$ 3.970.137,60** (três milhões novecentos setenta mil cento trinta sete reais e sessenta centavos) correspondente a 2% (dois por cento) do valor estimado do contrato – Apólice nº 53-0775-02-0121953 – Pottencial Seguradora S.A.

21.1.1. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da Contraprestação Anual Máxima.

21.2. A **CONCESSIONÁRIA** permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da Garantia de Execução do Contrato.

21.3. A Garantia de Execução do Contrato, a critério da **CONCESSIONÁRIA**, poderá ser prestada individualmente ou conjuntamente, desde que a soma do conjunto alcance o valor determinado na Subcláusula 21.1 acima, nas seguintes modalidades:

21.3.1. Caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;

21.3.2. Fiança bancária; ou

21.3.3. Seguro-garantia.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

21.4. A Garantia de Execução do Contrato deverá ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da data da assinatura deste Contrato, sendo de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** mantê-la em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o Prazo da Concessão, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

21.4.1. Qualquer modificação no conteúdo da Garantia de Execução do Contrato deverá ser previamente submetida à aprovação do **CONTRATANTE**.

21.4.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar ao **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da Garantia de Execução do Contrato, documento comprobatório de que a Garantia de Execução do Contrato foi renovada e teve seu valor reajustado na forma da Subcláusula 21.1 acima.

21.5. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste Contrato e na regulamentação vigente, a Garantia de Execução do Contrato poderá ser utilizada nos seguintes casos:

21.5.1. Quando a **CONCESSIONÁRIA** não realizar as obrigações de investimentos previstas neste Contrato ou as providências necessárias ao atendimento das Metas Quantitativas e dos Indicadores de Desempenho, ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;

21.5.2. Quando a **CONCESSIONÁRIA** não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma deste Contrato e dos regulamentos do **CONTRATANTE**;

21.5.3. Nos casos de devolução de Bens Reversíveis em desconformidade com as exigências estabelecidas neste Contrato, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento deste Contrato e dos indicativos definidos no Anexo 2 deste Contrato e demais exigências estabelecidas pelo **CONTRATANTE**;



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

21.5.4. Quando o **CONTRATANTE** for obrigado a contratar os seguros previstos neste Contrato, diante da omissão da **CONCESSIONÁRIA**, na forma da Cláusula 20 acima.

21.6. Sempre que o **CONTRATANTE** utilizar a Garantia de Execução do Contrato, a **CONCESSIONÁRIA** deverá proceder a reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua utilização, sendo que, durante este prazo, a **CONCESSIONÁRIA** não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas por este Contrato.

21.7. A **CONCESSIONÁRIA** deverá comprovar um capital social integralizado de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor correspondente a 06 (seis) anos do contrato, até a assinatura deste Contrato.

22. GARANTIA DO PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA

22.1. Nos termos do art. 8º, I, da Lei Federal nº 11.079/2004, as obrigações pecuniárias contraídas pelo **CONTRATANTE**, quando da celebração deste Contrato, serão adimplidas por meio da transferência de recursos apartados, provenientes de futuras receitas destinadas à Estância Balneária de Caraguatatuba, por todo o Prazo da Concessão, conforme sistemática prevista no Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, que constitui o Anexo 07 deste Contrato.

22.2 Além do previsto na subcláusula 22.1, acima, o **CONTRATANTE** é condição essencial para EFICÁCIA do CONTRATO a prestação das garantias do **CONTRATANTE**, correspondentes ao valor total de R\$ 19.500.000,00 (Dezenove milhões e quinhentos mil reais), que deverão compor o patrimônio do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas – FGP, na forma da LEI MUNICIPAL DE PPP, devendo ser constituídas pelos seguintes ativos:

- (i) caução em dinheiro;
- (ii) parcela do Fundo de Participação Municipal;



**Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo**

- (iii) cessão de recebíveis do Município, constituído por Royalties;
- (iv) contribuição de iluminação pública - CIP
- (v) outros meios de garantia admitidos em lei.

22.2.1 O montante mínimo a ser oferecido em garantia pelo CONTRATANTE, nos termos da subcláusula 22.2, poderá ser alterado, desde que mantenha suficiência para garantir todos os investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA ainda não amortizados ou depreciados, pelo período de 12 meses.

22.2.2 A composição das garantias descritas na subcláusula 22.2 pode ser alterada pelo CONTRATANTE, desde que tenha a finalidade de propiciar melhores condições de financiamento para a CONCESSIONÁRIA, junto às instituições financeiras.

CAPÍTULO VI - DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA

23. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE

23.1. A **CONCESSIONÁRIA** deve comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** eventuais alterações ocorridas na sua composição societária descrita no Anexo 06 deste Contrato, existente à época de assinatura deste Contrato, inclusive quanto aos documentos constitutivos e posteriores alterações, respeitadas as obrigações definidas neste Contrato referentes à transferência do controle da **CONCESSIONÁRIA**.

23.1.1. Qualquer transferência no controle da **CONCESSIONÁRIA** deverá ser previamente autorizada pelo **CONTRATANTE** nos termos da lei e, ressalvada a hipótese de assunção do controle pelos financiadores, descrita na Cláusula 24 abaixo, não poderá ocorrer em período inferior a 2 (dois) anos após a data da assinatura deste Contrato.

24. ASSUNÇÃO DO CONTROLE PELOS FINANCIADORES

24.1. Os contratos de financiamento da **CONCESSIONÁRIA** poderão outorgar aos financiadores, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

o controle da **CONCESSIONÁRIA** em caso de inadimplemento contratual pela **CONCESSIONÁRIA** dos referidos contratos de financiamento ou deste Contrato.

24.1.1. Quando configurada inadimplência do financiamento por parte da **CONCESSIONÁRIA**, que possa dar ensejo à transferência mencionada na Subcláusula

24.1 acima, o financiador deverá notificar a **CONCESSIONÁRIA** e o **CONTRATANTE**, informando sobre a inadimplência e abrindo à **CONCESSIONÁRIA** um prazo de 15 (quinze) dias para quitar o valor devido.

24.1.2. Decorrido o prazo referido na Subcláusula 24.1.1 acima sem que a **CONCESSIONÁRIA** efetue o pagamento de sua dívida, os financiadores poderão assumir a Concessão, comunicando formalmente sua decisão ao **CONTRATANTE** com antecedência prévia de 5 (cinco) dias, devendo:

- (i) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste Contrato, do Edital e seus Anexos; e
- (ii) informar que atendem aos requisitos de regularidade jurídica e fiscal necessários à assunção dos serviços objeto do Contrato.

24.2. A assunção referida na Subcláusula 24.1.2 acima também poderá ocorrer no caso de inadimplemento da **CONCESSIONÁRIA** na execução deste Contrato, que inviabilize ou coloque em risco a Concessão, sendo que a transferência aos financiadores terá por objetivo promover a reestruturação financeira da **CONCESSIONÁRIA** e assegurar a continuidade da operação da Concessão.

24.3. Os contratos de financiamento apresentados ao **CONTRATANTE** deverão indicar os dados de contato dos financiadores com o intuito de que estes sejam comunicados da eventual instauração de processo administrativo pelo **CONTRATANTE** para investigação de inadimplemento contratual pela **CONCESSIONÁRIA**.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

24.4. Eventual transferência posterior do controle da **CONCESSIONÁRIA** pelos financiadores a terceiros dependerá de autorização prévia do **CONTRATANTE**, condicionada a demonstração de que o destinatário da transferência atende às exigências técnicas, financeiras e de regularidade jurídica e fiscal exigidas pelo Edital, consideradas proporcionalmente ao estágio de execução deste Contrato.

24.5. A assunção do controle da **CONCESSIONÁRIA** nos termos desta Cláusula não alterará as obrigações da **CONCESSIONÁRIA** e de seus controladores perante o **CONTRATANTE**. Todavia, os financiadores não serão responsáveis pelas obrigações que sejam de responsabilidade direta dos antigos acionistas da **CONCESSIONÁRIA**.

CAPÍTULO VII - SANÇÕES

25. PENALIDADES

25.1. O não cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** das Cláusulas deste Contrato, de seus Anexos e do Edital, da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades eventualmente previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a aplicação das seguintes penalidades contratuais, além daquelas previstas no Anexo 9 deste Contrato, a saber:

- (i) advertência;
- (ii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Estância Balneária de Caraguatatuba, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- (iii) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- (iv) multas, quantificadas e aplicadas na forma desta Cláusula.

25.2. Na aplicação das sanções, o **CONTRATANTE** observará as seguintes circunstâncias, com vistas a garantir a sua proporcionalidade:

- (i) a natureza e a gravidade da infração;
- (ii) os danos dela resultantes para os Usuários e para o **CONTRATANTE**;
- (iii) as vantagens auferidas pela **CONCESSIONÁRIA** em decorrência da infração;

46



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

- (iv) as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- (v) a situação econômica e financeira da **CONCESSIONÁRIA**, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução deste Contrato;
- (vi) os antecedentes da **CONCESSIONÁRIA**, inclusive eventuais reincidências.

25.3. A graduação das penalidades observará as seguintes escalas:

25.3.1. A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da **CONCESSIONÁRIA** e das quais ela não se beneficie;

25.3.2. A infração será considerada média, quando decorrer de conduta inescusável, mas efetuada pela primeira vez pela **CONCESSIONÁRIA**, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito, nem afetar um número significativo de Usuários;

25.3.3. A infração será considerada grave quando o **CONTRATANTE** constatar presente um dos seguintes fatores:

- (i) ter a **CONCESSIONÁRIA** agido com má-fé;
- (ii) da infração decorrer benefício direto ou indireto para a **CONCESSIONÁRIA**;
- (iii) a **CONCESSIONÁRIA** for comprovadamente reincidente na infração;
- (iv) o número de Usuários atingidos ou o prejuízo dela decorrente for significativo;
- (v) prejuízo econômico significativo para o **CONTRATANTE**.

25.3.4. A infração será considerada gravíssima quando o **CONTRATANTE** constatar, diante das circunstâncias do serviço e do ato praticado pela **CONCESSIONÁRIA**, que seu comportamento reveste-se de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a vida ou a incolumidade física dos Usuários, a saúde pública, o meio ambiente, o erário público ou a continuidade dos serviços objeto da Concessão.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

25.4. À exceção das infrações gravíssimas previstas na Subcláusula 25.3.4 acima, não será aplicada multa nos casos em que o comportamento faltoso da **CONCESSIONÁRIA** já tenha ensejado o descumprimento dos Indicadores de Desempenho previstos no Anexo 3 deste Contrato e, conseqüentemente, a redução de sua remuneração.

25.5. O valor das multas aplicadas poderá ser revertido, a critério do **CONTRATANTE**, em benefício dos Usuários atingidos, para reparação dos danos causados pela infração contratual ou legal ou para o aprimoramento da qualidade dos serviços objeto da Concessão.

25.6. O **CONTRATANTE** poderá igualmente optar pela substituição da multa pelo estabelecimento de novas obrigações que atinjam as finalidades previstas no item anterior, desde que sejam, no mínimo, proporcionais ao valor da multa correspondente à infração.

25.7. A aplicação das multas aludidas nas Subcláusulas anteriores não impede que o **CONTRATANTE** declare a caducidade deste Contrato, observados os procedimentos nele previstos, ou aplique outras sanções nele previstas.

25.8. Caso a **CONCESSIONÁRIA** não proceda ao pagamento de multas no prazo estabelecido neste Contrato, o **CONTRATANTE** utilizará a Garantia de Execução do Contrato.

25.9. As penalidades serão aplicadas de ofício pelo **CONTRATANTE**, garantido o devido processo administrativo, especialmente o direito a ampla defesa e ao contraditório, e observado o disposto na legislação vigente, incluindo as normas do **CONTRATANTE**.

25.10. Caso o **CONTRATANTE** não honre pontualmente com quaisquer dos pagamentos devidos à **CONCESSIONÁRIA**, ao valor em aberto devido à **CONCESSIONÁRIA** pelo **CONTRATANTE** haverá o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Municipal.



25.11. A sanção de multa por evento faltoso será quantificada conforme os parâmetros estabelecidos neste termo, especialmente mediante a aplicação do que dispõe o Anexo 9 deste contrato.

CAPÍTULO VIII - DA INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

26. INTERVENÇÃO DO CONTRATANTE

26.1. O **CONTRATANTE** poderá intervir na **CONCESSIONÁRIA** nas hipóteses abaixo, quando devidamente justificadas, cabendo à **CONCESSIONÁRIA** a manutenção da prestação dos serviços da Concessão enquanto perdurar a intervenção:

- (i) cessação ou interrupção, total ou parcial, da prestação dos serviços da Concessão, conforme estabelecido em regulamento emitido pelo **CONTRATANTE**;
- (ii) deficiências graves no desenvolvimento das atividades abrangidas pela Concessão;
- (iii) situações nas quais a operação oferecer riscos à continuidade da adequada prestação dos serviços objeto da Concessão;
- (iv) situações que ponham em risco o meio ambiente e a segurança dos Usuários ou Bens da Concessão;
- (v) descumprimento injustificado das obrigações dispostas neste Contrato; e
- (vi) não apresentação das apólices de seguro obrigatórias, conforme disciplinado pela Cláusula 20 acima.

26.2. A intervenção far-se-á por decisão do Chefe do Executivo, mediante publicação oficial que conterá a designação do interventor, o prazo e os limites da intervenção.

26.3. Decretada a intervenção, o **CONTRATANTE**, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará processo administrativo que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à **CONCESSIONÁRIA** amplo direito de defesa.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

26.4. Cessada a intervenção, se não for extinta a Concessão, os serviços objeto deste Contrato voltarão a ser de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

26.5. A **CONCESSIONÁRIA** se obriga a disponibilizar ao **CONTRATANTE** todos os Bens da Concessão imediatamente após a decretação da intervenção.

26.6. A ocorrência de intervenção pelo **CONTRATANTE** não desonera as obrigações assumidas pela **CONCESSIONÁRIA** junto aos seus financiadores e, por motivo justificado em prol do interesse público, o **CONTRATANTE** poderá abdicar da intervenção em favor da assunção do controle da **CONCESSIONÁRIA** por esses financiadores, consoante a Cláusula 24 acima.

26.7. As Receitas Extraordinárias obtidas durante o período da intervenção serão utilizadas para a cobertura dos investimentos, custos e despesas necessários para restabelecer o normal funcionamento das atividades objeto da Concessão.

26.8. Durante o período em que durar a intervenção, o **CONTRATANTE** se desonera do pagamento da Contraprestação Mensal Efetiva devida à **CONCESSIONÁRIA**.

26.9. Se eventualmente as Receitas Extraordinárias não forem suficientes para cobrir o valor dos investimentos, dos custos e das despesas decorrentes da Concessão incorridas pelo **CONTRATANTE**, este poderá:

- (i) se valer da Garantia de Execução do Contrato para cobri-las, integral ou parcialmente; e/ou
- (ii) descontar das parcelas vincendas da Contraprestação Mensal Efetiva a ser recebida pela **CONCESSIONÁRIA**, o valor dos investimentos, dos custos e das despesas incorridas pelo **CONTRATANTE**.

27. CASOS DE EXTINÇÃO

27.1. A Concessão extinguir-se-á por: (i) advento do termo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação; ou (vi) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

27.2. Extinta a Concessão, serão revertidos ao **CONTRATANTE** todos os Bens Reversíveis, indicados no Anexo 08 deste Contrato, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e, cessarão para a **CONCESSIONÁRIA** todos os direitos emergentes deste Contrato.

27.2.1. No caso de bens arrendados ou locados pela **CONCESSIONÁRIA**, necessários para a gestão, manutenção e operação dos Sistema de Iluminação Pública Municipal, o **CONTRATANTE** poderá, a seu exclusivo critério, suceder a **CONCESSIONÁRIA** nos respectivos contratos de arrendamento ou locação de tais bens.

27.3. Em até 180 (cento e oitenta) dias antes do término da Concessão, a **CONCESSIONÁRIA** elaborará relatório pormenorizado a respeito dos Bens Reversíveis (de reversão obrigatória e facultativa) arrolados no Anexo 08 deste Contrato, indicando os seus quantitativos, estado e vida útil remanescente.

27.4. Em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do relatório referido na Subcláusula anterior, o **CONTRATANTE** indicará à **CONCESSIONÁRIA**, dentre os bens de reversão facultativa, aqueles que pretende manter como de sua propriedade.

27.4.1. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo da Subcláusula 27.4 acima, realizar avaliação da condição dos Bens Reversíveis, de modo a apurar sua adequação às especificações do Anexo 2 deste Contrato.

27.4.2. A seleção de bens de que trata a Subcláusula 27.4. acima não acarretará nenhum custo adicional ao **CONTRATANTE**, caso comprovada a completa amortização dos Bens Reversíveis referidos.

27.5. A **CONCESSIONÁRIA** encarregar-se-á do descarte ou reutilização dos Bens Reversíveis não selecionados pelo **CONTRATANTE**, comprometendo-se a reverter a Unidade Gestora Energética livre e desembaraçada destes Bens Reversíveis quando do término da Concessão, sem, contudo, comprometer a continuidade dos serviços objeto da Concessão.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

27.6. Na extinção da Concessão, haverá imediata assunção dos serviços relacionados à Concessão pelo **CONTRATANTE**, ou outro ente por ele indicado, que ficará autorizado a ocupar as instalações e a utilizar todos os Bens Reversíveis.

27.7. De acordo com os prazos e condições estabelecidos pelo **CONTRATANTE**, terceiros serão autorizados a realizar pesquisas de campo quando se aproximar o término do Prazo da Concessão, para fins de realização de estudos para a promoção de novos procedimentos licitatórios e/ou realização de novas obras.

27.8. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

27.8.1. Encerrado o Prazo da Concessão, a **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à Concessão celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

27.8.2 A **CONCESSIONÁRIA** deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o **CONTRATANTE** para que os serviços objeto da Concessão continuem a ser prestados de acordo com este Contrato de forma ininterrupta, bem como prevenir e mitigar qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos Usuários e dos funcionários do **CONTRATANTE**.

27.8.3. Na hipótese de advento do termo contratual, a **CONCESSIONÁRIA** não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos vinculados aos Bens da Concessão em decorrência do término do Prazo da Concessão, salvo nos casos em que se verifique qualquer hipótese de desequilíbrio econômico-financeiro, conforme cláusula 19, acima.

27.9. ENCAMPAÇÃO

27.9.1. O **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, encampar a Concessão, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização.

52



27.9.2. A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** em caso de encampação cobrirá:

- (i) as parcelas dos investimentos realizados, inclusive em obras de manutenção, bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste Contrato, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;
- (ii) a desoneração da **CONCESSIONÁRIA** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento deste Contrato, mediante, conforme o caso: **(a)** prévia assunção, perante as instituições financeiras credoras, das obrigações contratuais da **CONCESSIONÁRIA**, em especial quando a receita figurar como garantia do financiamento; ou **(b)** prévia indenização à **CONCESSIONÁRIA** da totalidade dos débitos remanescentes desta perante as instituições financeiras credoras; e
- (iii) todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do conseqüente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

27.9.3. O **CONTRATANTE** determinará a indenização devida à Concessionária antes da encampação da Concessão.

27.10. CADUCIDADE

27.10.1 O **CONTRATANTE** poderá declarar a caducidade da Concessão na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- (i) a decretação, por sentença judicial transitada em julgado, de falência da **CONCESSIONÁRIA** ou de sua condenação por sonegação de tributos ou corrupção;
- (ii) descumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, da obrigação de proceder à reposição do montante integral da Garantia de Execução do Contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua utilização pelo **CONTRATANTE**; o cancelamento ou rescisão da



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

- Garantia de Execução do Contrato; e/ou a não renovação da Garantia de Execução do Contrato com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do seu vencimento;
- (iii) descumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, das obrigações de contratar ou manter contratados os seguros previstos neste Contrato;
- (iv) operação com desempenho inferior a 70% (setenta por cento) na apuração final dos Indicadores de Desempenho, previstos no Anexo 3 deste Contrato, por razões de ineficiência imputáveis à **CONCESSIONÁRIA**, durante 2 (dois) trimestres consecutivos;

27.10.2. O CONTRATANTE não poderá declarar a caducidade da Concessão com relação ao inadimplemento da **CONCESSIONÁRIA**: (a) resultante dos eventos relativos aos riscos da Concessão cuja responsabilidade seja do **CONTRATANTE**; ou (b) causado pela ocorrência de caso fortuito ou força maior.

27.10.3. A declaração de caducidade da Concessão deverá ser precedida da verificação do inadimplemento contratual da **CONCESSIONÁRIA** em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

27.10.4. Não será instaurado processo administrativo de caducidade sem prévia notificação à **CONCESSIONÁRIA**, sendo-lhe dado, em cada caso, prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

27.10.5. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será declarada pelo **CONTRATANTE**, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

27.10.6 Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o **CONTRATANTE** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da **CONCESSIONÁRIA**.

27.10.7. A declaração de caducidade acarretará, ainda:



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

- (i) a execução da Garantia de Execução do Contrato, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE**; e
- (ii) retenção de eventuais créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

27.10.8. A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados aos Bens Reversíveis ainda não amortizados.

27.10.9. Do montante previsto na Subcláusula anterior serão descontados:

- (i) os prejuízos comprovadamente causados pela **CONCESSIONÁRIA** ao **CONTRATANTE** e aos Usuários;
- (ii) as multas contratuais aplicadas à **CONCESSIONÁRIA** que não tenham sido pagas até a data do pagamento do montante previsto na Subcláusula acima; e
- (iii) quaisquer valores recebidos pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

27.11. RESCISÃO

27.11.1. A rescisão deste Contrato poderá ocorrer nos seguintes eventos, desde que a **CONCESSIONÁRIA** notifique o **CONTRATANTE** de sua intenção:

- (i) expropriação, seqüestro ou requisição de uma parte substancial dos ativos ou participação societária da **CONCESSIONÁRIA** pelo **CONTRATANTE** ou por qualquer outro órgão público;
- (ii) descumprimento de obrigações pelo **CONTRATANTE** que gere um desequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato cujo procedimento de recomposição econômico-financeira não seja concluído nos prazos estabelecidos neste Contrato por motivos imputáveis ao **CONTRATANTE**.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

27.11.2. Se o **CONTRATANTE** não sanar o descumprimento contratual a que deu causa dentro de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação enviada pela **CONCESSIONÁRIA**, este Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da **CONCESSIONÁRIA**, mediante procedimento arbitral nos termos da Subcláusula 29 abaixo.

27.11.3. Os serviços prestados pela **CONCESSIONÁRIA** só poderão ser interrompidos ou paralisados após a sentença do juízo arbitral que decretar a rescisão deste Contrato.

27.11.4. Na ocorrência de rescisão baseada nas hipóteses previstas na Subcláusula

27.11.5 acima, o **CONTRATANTE** indenizará a **CONCESSIONÁRIA** por todos os serviços que a houver executado até a data em que a rescisão for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

27.11.6. Para fins do cálculo indicado na Subcláusula acima, considerar-se-ão os valores recebidos pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

27.12 ANULAÇÃO

27.12.1. O **CONTRATANTE** deverá declarar a nulidade deste Contrato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização ou na Licitação.

27.12.2. Na hipótese descrita na Subcláusula anterior, se a ilegalidade for imputável apenas ao próprio **CONTRATANTE**, a **CONCESSIONÁRIA** será indenizada pelo que houver executado até a data em que a nulidade for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração da nulidade.

27.13. EVENTO CONTINUADO DE FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

27.13.1. Este Contrato poderá ser extinto em razão de força maior ou caso fortuito superveniente à Data de Assunção, regularmente comprovado, cujos efeitos perdurem por um período superior a 1 (um) ano e impeçam a regular execução deste Contrato pela **CONCESSIONÁRIA**.

27.13.2. Na hipótese descrita na Subcláusula anterior, a **CONCESSIONÁRIA** será indenizada pelo que houver executado e por todos os investimentos realizados até a data em que este Contrato for extinto, sem exclusão de por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela **CONCESSIONÁRIA** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos de força maior ou caso fortuito.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

28. RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

28.1 Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica e/ou de natureza econômico-financeira durante a execução deste Contrato, será constituída, nos 30 (trinta) dias seguintes a sua formalização, por ato do **CONTRATANTE**, uma Comissão Técnica, composta por 4 (quatro) membros, todos com conhecimentos aprofundados na matéria objeto da divergência e indicados por ocasião desta dada divergência, na forma desta Cláusula.

28.2. A Comissão Técnica será competente para emitir pareceres fundamentados sobre questões submetidas pelo **CONTRATANTE** ou pela **CONCESSIONÁRIA**, relativas às divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos e aos aspectos econômico-financeiros durante a execução deste Contrato.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

28.1.3. Os membros da Comissão Técnica serão designados da seguinte forma:

- (i) 2 membros indicados pelo **CONTRATANTE**;
- (ii) 1 membro pela **CONCESSIONÁRIA**;
- (iii) 1 membro, com comprovada especialização na matéria objeto da divergência, que será escolhido de comum acordo entre as Partes, quando da ocorrência da divergência.

28.1.4. O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação de solicitação de pronunciamento da Comissão Técnica a outra Parte, e será processado da seguinte forma:

- (i) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a Parte reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada;
- (ii) o parecer da Comissão Técnica será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela Comissão Técnica, das alegações apresentadas pela Parte reclamada;
- (iii) os pareceres da Comissão Técnica serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável da maioria de seus membros;
- (iv) o membro indicado pela **CONCESSIONÁRIA** e o membro escolhido em comum acordo entre as Partes terão direito a um voto, cada um; e
- (v) os membros indicados pelo **CONTRATANTE** terão, em conjunto, direito a um voto, pelo que deverão compor, entre si, eventuais divergências antes de proferimento do voto único.

28.1.5. Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada à Comissão Técnica juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da demanda.

28.1.6. Todas as despesas necessárias ao funcionamento da Comissão Técnica serão arcadas pela **CONCESSIONÁRIA**.



**Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo**

28.1.7. A submissão de qualquer questão à Comissão Técnica não exonera a **CONCESSIONÁRIA** de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações do **CONTRATANTE**.

28.1.8. A decisão da Comissão Técnica será vinculante para as Partes, até que sobrevenha eventual decisão arbitral ou judiciária sobre a divergência.

28.1.9. Caso aceita pelas Partes, a solução amigável proposta pela Comissão Técnica poderá ser incorporada a este Contrato mediante assinatura de termo aditivo.

28.1.10. A mediação será considerada prejudicada se a solução amigável não for apresentada pela Comissão Técnica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido de instauração do procedimento ou se qualquer das Partes se recusarem a participar do procedimento, não indicando seu(s) representante(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

29 ARBITRAGEM

29.1 As Partes obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer controvérsia e/ou disputa entre as Partes, oriunda ou relacionada a este Contrato e/ou a quaisquer contratos, documentos, Anexos ou acordos a ele relacionados.

29.2. A arbitragem será submetida ao Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"), segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

29.2.1 A arbitragem será conduzida na Capital do Estado de São Paulo, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

29.2.2. A lei substantiva a ser aplicável ao mérito da arbitragem será a lei brasileira.



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

29.2.3. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, cabendo a cada Parte indicar um árbitro. O terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes. A presidência do tribunal arbitral caberá ao terceiro árbitro. Na hipótese de a arbitragem envolver mais de 2 (duas) Partes, seja no pólo ativo, seja no pólo passivo, a escolha dos árbitros deverá seguir o previsto no regulamento de arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC").

29.2.4. Não havendo consenso entre os árbitros escolhidos por cada Parte, o terceiro árbitro será indicado pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"), observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.

29.2.5. Caso seja necessária a obtenção das medidas coercitivas, cautelares ou de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, ou mesmo durante o procedimento de mediação, as Partes poderão requerê-las diretamente ao competente órgão do Poder Judiciário. Caso tais medidas se façam necessárias após a constituição do tribunal arbitral, deverão ser requeridas e apreciadas pelo tribunal arbitral que, por sua vez, poderá solicitá-las ao competente órgão do Poder Judiciário, se entender necessário.

29.2.6 As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas e vincularão as Partes e seus sucessores.

29.2.7. A Parte vencida no procedimento de arbitragem arcará com todas as custas do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros.

30. PROCESSO ADMINISTRATIVO

30.1 Não obstante o acima exposto, a **CONCESSIONÁRIA** terá resguardado o direito ao devido processo administrativo contra decisões do **CONTRATANTE**.

31 DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá observar e respeitar todas as resoluções e demais regras do **CONTRATANTE**, consideradas, ~~no entanto~~, as peculiaridades e



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

especificidades inerentes às normas e regulamentação aplicáveis às concessões e respeitando os termos deste Contrato.

31.2. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das Partes em decorrência deste Contrato, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior a qualquer tempo, nem constitui novação da respectiva obrigação ou precedente.

31.3. Se qualquer disposição deste Contrato for considerada ou declarada nula, inválida, ilegal ou inexequível em qualquer aspecto, a validade, a legalidade e a exequibilidade das demais disposições contidas no Contrato não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato.

31.3.1. As Partes negociarão de boa-fé a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexequíveis por disposições válidas, legais e exequíveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis.

31.4. Cada declaração e garantia feita pelas Partes no presente Contrato deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu conhecimento por qualquer das Partes.

31.5. As comunicações e as notificações entre as Partes serão efetuadas por escrito e remetidas: **(i)** em mãos, desde que comprovadas por protocolo; **(ii)** por fax, desde que comprovada a recepção; ou **(iii)** por correio registrado, com aviso de recebimento.

31.5.1. Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Subcláusula, os endereços indicados no preâmbulo e os seguintes números de fax:



**Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo**

31.5.1.1. CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
Rua Luiz Passos Júnior, nº 50 – Centro – Caraguatatuba/SP – CEP: 11.660-270.

33.5.1.2. CONCESSIONÁRIA:

CARAGUÁ LUZ S/A – SPE

Rua Armando Nossabein, nº 13 – Jaraguazinho – Caraguatatuba/SP – CEP:
11.675-310.

31.5.2. Qualquer das Partes poderá modificar o seu endereço e número de fax, mediante simples comunicação à outra Parte.

31.6. Este Contrato e a Concessão serão regidos e interpretados de acordo com as leis da Estância Balneária de Caraguatatuba, do Estado de São Paulo e da República Federativa do Brasil e, especialmente pelas seguintes leis: (i) Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; (ii) Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; (iii) Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995; (iv) Lei Municipal nº 1.366, de 12 de março de 2007; e (v) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

31.7. Todos os documentos relacionados a este Contrato e à Concessão deverão ser redigidos em, ou oficialmente traduzidos para a língua portuguesa. Em caso de qualquer conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

31.8. Os prazos estabelecidos em dias neste Contrato contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

31.9. Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Caraguatatuba/SP para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato que não possam ser resolvidas mediante a Comissão Técnica ou por procedimento de arbitragem, nos termos das Subcláusulas 28 e 29 acima.



**Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo**

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam este Contrato em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

Caraguatatuba - SP, 21 de julho de 2015.



CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ANTONIO CARLOS DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

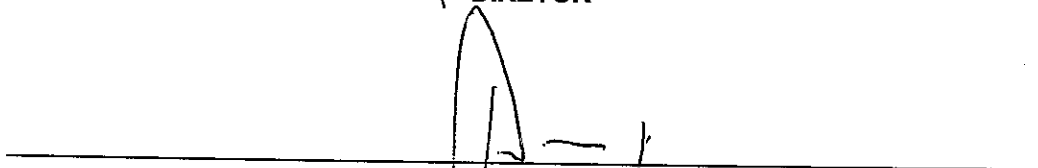


CONCESSIONÁRIA

CARAGUÁ LUIZ S/A - SPE

EDSON JOSÉ LOPES DAS NEVES

DIRETOR



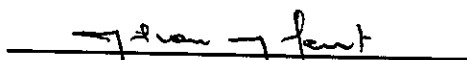
CONCESSIONÁRIA

CARAGUÁ LUIZ S/A - SPE


FLÁVIO PINHO CARDOZO

DIRETOR

TESTEMUNHAS:



GILSON MENDES DE SOUZA
RG. Nº 7.875.718-6



ANA CRISTINA AGOSTINE
RG. Nº 27.961.145-9



ANEXO 1

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS

Aos vinte um dias do mês de julho de 2015, pelo presente instrumento, de um lado, **(1) PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.482.840/0001-39, com sede nesta cidade, à Rua Luiz Passos Júnior, n.º 50, Centro, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **ANTONIO CARLOS DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 8.976.591 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 788.109.308-00 e, doravante denominada "**CONTRATANTE**"; e **CARAGUÁ LUZ S/A – SPE**, sociedade anônima de propósito específico, com sede em Caraguatatuba, Estado de São Paulo, na Rua Armando Mossabein, nº 13, bairro Jaraguazinho, CEP nº 11.675-310, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda, sob nº 22.581.495/0001-22, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE nº 35300478380, neste ato devidamente representada pelos seus acionistas e diretores Sr. Edson José Lopes das Neves, portador do RG nº 90726455 SSP/SP e do CPF nº 003.355.048-41, e o Sr. Flávio Pinho Cardozo, portador do RG nº 99969452 SSP/SP e do CPF nº 082.303.218-33, doravante "**CONCESSIONÁRIA**").

Considerando que:

- A *concessionária* CARAGUÁ LUZ S/A SPE foi constituída, em 03 de junho de 2015, pelas *Proponentes: Urbeluz Energética S.A e Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda*], vencedora da Licitação para Gestão, Operação e Manutenção do Sistema de Iluminação Pública Municipal (conforme definido no Contrato de Concessão mencionado abaixo), de acordo com publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de junho de 2015;
- O Contrato de Concessão foi celebrado em vinte um de julho de 2015, e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e União de 23 de julho de 2015, ("Contrato de Concessão"); e



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Estado de São Paulo

• A Subcláusula 4.1 do Contrato de Concessão determina a transferência, pela Prefeitura, dos Bens da Concessão a Concessionária na Data de Assunção,
A Prefeitura e a Concessionária, no presente ato, celebram o termo de arrolamento e transferência dos bens utilizados para a a Gestão do Parque de Iluminação Pública de Caraguatatuba, abrangendo: operação, ampliação, modernização e gestão do Sistema de Iluminação Pública Municipal, abaixo arrolados:

-
-
-
-
-
-
-
-
-